

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado

Quadro III – Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores da
CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.
Salvador - Bahia**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalvas

Investimentos

A Companhia, em 01 de dezembro de 2020, adquiriu participação societária na empresa Norwind Energias Renováveis Ltda., registrando o valor total investido em uma conta específica no grupo de investimentos. Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, devem ser segregados em contas distintas, na data de aquisição do investimento, o valor equivalente do patrimônio líquido da empresa investida; a mais-valia ou menos-valia; e o ágio por rentabilidade futura (goodwill). Não foram quantificados os valores dos desdobramentos do custo na aquisição do referido investimento. Adicionalmente, não foi contabilizada a equivalência patrimonial na data base de 31 de dezembro de 2020.

Não examinamos e não foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras da empresa controlada **Norwind Energias Renováveis Ltda.**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Como consequência, não foi possível formar opinião quanto à adequação dos valores representativos do investimento naquela data.



Consolidação das demonstrações financeiras

A Companhia não está divulgando demonstrações financeiras consolidadas em conjunto ou separadamente às demonstrações individuais, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. Caso a Companhia tivesse apresentado demonstrações financeiras consolidadas, alguns elementos nas demonstrações financeiras teriam sido afetados. Os efeitos da não apresentação de demonstrações financeiras consolidadas não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião ressalvas.

Ênfase

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo. Consequentemente, sua manutenção em regime operacional depende diretamente dos planos e esforços da Administração com o objetivo de assegurar a recuperação financeira e retomada da lucratividade. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e não incluem quaisquer ajustes decorrentes desta incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Consoante mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração da Companhia pretende adotar providências para reverter o patrimônio líquido negativo, através da contabilização do custo atribuído das fazendas e, se necessário, integralizar capital com créditos de acionistas.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram por nós auditadas, sobre as quais emitimos relatório, datado de 03 de março de 2020, contendo parágrafo de ênfase relacionado com a incerteza da continuidade operacional da Companhia.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

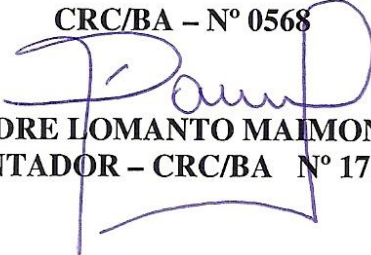
Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela Administração, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Salvador, 17 de março de 2021.



AUDICONT AUDITORES E CONSULTORES
CRC/BA – N° 0568


ALEXANDRE LOMANTO MAIMONE NETO
CONTADOR – CRC/BA N° 17.549

QUADRO I

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais, excluídos os centavos)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	04	459.119	436.426	Fornecedores	09	2.996.222	2.116.519
Tributos a recuperar		276	276	Debêntures a pagar	10	2.199.730	1.940.795
Outras contas a receber		93	-	Obrigações tributárias		240.394	218.182
				Parcelamentos tributários	11	487.390	485.477
				Acordos a pagar	12	270.000	955.200
Total do circulante		459.488	436.702	Total do circulante		6.193.736	5.716.173
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>			
Realizável a longo prazo				Operações com partes relacionadas	06	79.707.203	56.255.859
Contas a receber	05	16.714.508	11.892.278	Adiantamentos de clientes	13	21.315.775	20.394.486
Operações com partes relacionadas	06	11.261.541	13.973.546	Debêntures a pagar	10	15.408.598	15.556.847
				Parcelamentos tributários	11	1.416.882	1.814.670
				Acordos a pagar	12	68.000	322.000
				Provisão para contingências	14	1.036.117	741.985
		27.976.049	25.865.824			118.952.575	95.085.847
Investimentos				<u>Patrimônio líquido</u>			
Propriedades para investimentos	07	16.554.049	16.554.049	Capital social	15	12.020.001	12.020.001
Participações societárias	08	4.249.500	-	Prejuízos acumulados		(87.927.226)	(69.965.446)
Total do não circulante		48.779.598	42.419.873	Total do patrimônio líquido		(75.907.225)	(57.945.445)
TOTAL DO ATIVO		49.239.086	42.856.575	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.239.086	42.856.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II**CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019****(Em reais, excluídos os centavos)**

	Nota	2020	2019
Receita operacional bruta			
De arrendamentos de terrenos	16	7.809.133	7.500.845
Serviços	17	-	1.800.000
		7.809.133	9.300.845
Deduções sobre receitas		(285.033)	(429.481)
Receita operacional líquida		7.524.100	8.871.364
Custo dos serviços prestados	17	-	(1.853.000)
Resultado bruto		7.524.100	7.018.364
(Despesas) receitas operacionais:			
Gerais e administrativas	18	(1.980.088)	(1.502.587)
Tributárias		(63.445)	(46.286)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	6.288
Total das (despesas) receitas operacionais		(2.043.533)	(1.542.585)
Resultado antes do resultado financeiro		5.480.567	5.475.779
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	19	4.824.288	280.614
Despesas financeiras	20	(27.440.321)	(4.534.427)
		(22.616.033)	(4.253.813)
(Prejuízo) Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		(17.135.466)	1.221.966
Imposto de renda	21	(601.231)	(727.417)
Contribuição social	21	(225.083)	(270.510)
(Prejuízo) Lucro do exercício		(17.961.780)	224.039
(Prejuízo) Lucro por ação do capital social no final do exercício		R\$ (1,49)	R\$ 0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais, excluídos os centavos)

	2020	2019
(Prejuízo) Lucro do exercício	(17.961.780)	224.039
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente do exercício	(17.961.780)	224.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV**CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019****(Em reais, excluídos os centavos)**

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		12.020.001	(70.189.485)	(58.169.484)
Lucro do exercício			224.039	224.039
Saldos em 31 de dezembro de 2019		12.020.001	(69.965.446)	(57.945.445)
Prejuízo do exercício			(17.961.780)	(17.961.780)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		12.020.001	(87.927.226)	(75.907.225)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO V

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais, excluídos os centavos)

	2020	2019
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
(Prejuízo) Lucro do exercício	(17.961.780)	224.039
Ajustado por:		
Provisão para contingências	294.132	159.459
Atualização monetária, líquida	1.767.918	2.957.378
Variação cambial, líquida	19.056.457	1.244.293
	3.156.727	4.585.169
Variações nos ativos - aumento (redução)		
Contas a receber	-	-
Tributos a recuperar	-	159.649
Outras contas a receber	(93)	-
	(93)	159.649
Variações nos passivos - (redução) aumento		
Fornecedores	19.660	(34.777)
Obrigações tributárias e parcelamentos	(392.414)	(466.313)
Acordos a pagar	(939.200)	1.277.200
	(1.311.954)	776.110
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.844.680	5.520.928
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</u>		
Empréstimos a empresas ligadas, líquidos dos recebimentos	2.712.005	(7.457.605)
Aquisição de investimentos	(4.249.500)	(33.489)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.537.495)	(7.491.094)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</u>		
Empréstimos de empresas ligadas, líquidos dos pagamentos	432.700	(1.687.753)
Operações com debêntures		
Captação de recursos	-	4.397.368
Amortizações	(717.192)	(2.250.105)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos	(284.492)	459.510
Aumento (Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	22.693	(1.510.656)
<u>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</u>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	436.426	1.947.082
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	459.119	436.426
	22.693	(1.510.656)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Campo Largo Patrimonial S.A. ou “Companhia”, com sede em Salvador, é uma sociedade por ações, subordinada aos termos da Lei nº 6.404/76. A Sociedade tem por objeto social a compra e venda de imóveis próprios, o aluguel de imóveis próprios, o loteamento de imóveis próprios, a gestão e administração de propriedade imobiliária.

A Campo Largo é uma controlada da Biobrax Energias Renováveis Portugal Lda., companhia situada na Cidade de Lisboa, Portugal. A Empresa tem como objetivo social: (i) compra e venda de imóveis próprios; (ii) aluguel de imóveis próprios; (iii) loteamento de imóveis próprios (iv) gestão e administração da propriedade imobiliária.

Em 27 de junho de 2016, foi protocolada a incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda., tendo por base o balanço patrimonial em 31 de maio de 2016 e laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

Com a incorporação da empresa Biobrax Energias Renováveis Ltda, o patrimônio líquido da Campo Largo Patrimonial S.A. que era positivo em R\$ 8.779.673, em 31 de dezembro de 2015, passou a ser negativo em R\$ 45.738.267, sem qualquer interferência direta da atividade normal e operacional da Companhia. Em 31 de Dezembro de 2019, o patrimônio líquido passou a ser negativo em R\$ 57.945.445, e em 31 de dezembro de 2020 o Patrimônio Líquido negativo da Companhia aumentou para R\$ 75.907.225.

O reflexo da variação cambial negativa é que representou maior impacto nos resultados acumulados e no Patrimônio Líquido da Companhia, com um total aproximado R\$ 62.483.511 (R\$ 22.002.939 decorrente da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda, e R\$ 40.480.572 acumulado até o exercício de 2020).

Neste contexto, importa ressaltar que o Real foi a moeda que perdeu maior valor de mercado a nível mundial no exercício de 2020. Múltiplos fatores contribuíram para essa desvalorização: Pandemia, (que mesmo sendo global, teve impacto diferente em cada País), a saída de capitais do Brasil, o desempenho da própria economia nacional e até ao novo advento das criptomoedas com uma crescente alocação de compra dessas moedas pelos Asset Managers a nível mundial, ditaram esta fortíssima perda de valor da moeda.

A Campo Largo Patrimonial, pela natureza do seu investidor estrangeiro, apresenta uma forte sensibilidade às variações cambiais, sem que as mesmas reflitam a evolução da sua atividade, que se tem mantido, ao longo dos últimos anos, operacionalmente positiva.

Não obstante, e de modo a melhor traduzir o valor do Patrimônio da Companhia, revertendo esta situação contábil, os sócios acionistas avaliam, durante o exercício de 2021, reconhecer contabilmente a atualização do valor das fazendas classificadas em conta de investimentos e, se necessário, fazer a integralização de capital social com parte dos empréstimos dos sócios, classificados no passivo não circulante. Ademais, a Administração entende que não há risco de continuidade operacional.

Por outro lado, a atividade operacional tem se consolidado e assim continuará nos próximos anos, à luz dos contratos de cessão de uso de longo prazo assinados com a ENGIE Brasil Energia S.A para a obtenção de receitas provenientes da exploração de energia eólica e solar, contratos esses que estipulam rendas crescentes para os próximos anos

Vale ressaltar que a pandemia não teve um impacto direto sobre a atividade operacional da Companhia durante o exercício de 2020, mas provocou um atraso na instalação dos parques eólicos com operação prevista para o início de 2021, no prazo estimado de 6 meses, ainda assim, um prazo inferior ao máximo contratual permitido.

Por outro lado, o principal passivo decorre de transações com partes relacionadas (acionista), que mantém o compromisso de não os cobrar enquanto o câmbio não retornar a níveis do exercício 2019.

As medidas anteriormente referidas – de atualização do valor das Fazendas a valor de mercado, de eventual conversão parcial dos mútuos dos acionistas em capital e ainda o compromisso de não cobrança dos créditos decorrentes desses mútuos, sem ter ocorrido uma valorização do Real para níveis anteriores aos do exercício de 2019, bem como a continuidade da atividade trará resultados anuais positivos e relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como com os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.2. - Descrição das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

a) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos regulamentadores e requer que a Administração utilize de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor recuperável de ativos, provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo e sua determinação.

b) Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicáveis, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

d) Propriedade para investimentos

A propriedade para investimentos é inicialmente mensurada pelo custo e podendo ser subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

A Companhia optou pela adoção do método de custo.

e) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso o pagamento devido após o exercício subsequente são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

f) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo arrendamento de propriedade no curso normal das atividades da Companhia. A receita bruta é apresentada deduzida dos tributos, abatimentos e os respectivos descontos. Os tributos incidentes sobre as receitas estão apresentados deduzidos dos respectivos créditos tributários. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão.

- **Receita de aluguel de propriedade para investimentos**

A receita de aluguel de propriedade para investimentos é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total pelo período do arrendamento.

- **Receitas financeiras**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

- **Receitas de serviços**

A receita dos contratos de prestação de serviço é reconhecida levando em conta o estágio de execução de cada contrato na data-base das demonstrações financeiras.

g) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros derivativos são aqueles que oscilam em função de mudanças nas taxas de câmbio, juros, valores mobiliários, índices, dentre outros fatores, como operações de hedge, operações de opções ou compra e venda de moedas estrangeiras a termo. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

h) Moeda estrangeira

- **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, excluídos os centavos, que é a moeda funcional da Companhia, e também, sua moeda de apresentação.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos apurados em base *pró-rata* dia e as variações monetárias incorridas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são reconhecidas no Resultado do Exercício. A Companhia não efetuou revisão do valor recuperável dos ativos não financeiros.

3. GESTÃO DE RISCOS

a) Gestão do risco de capital

A Administração da Companhia administra seu capital, para assegurar que suas operações possam continuar com suas atividades normais.

b) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, dessa nota explicativa.

▪ Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia não opera nem negocia instrumentos financeiros, tampouco instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

c) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

e) Risco de mercado

▪ Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira, o que gera exposição às variações nas taxas de câmbio tais como: contas a pagar com fornecedores e empréstimo junto a empresas ligadas.

Atualmente, a Companhia não está coberta contra variações na taxa de câmbio e não tem sido prática operar com derivativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Caixa	1	1
Bancos conta movimento		
Banco Paulista	250.000	359.980
Bradesco S.A.	1	1
Aplicação financeira		
Bradesco S.A - (a)	209.117	76.444
	459.119	436.426

(a) Refere-se, basicamente, a aplicação financeira em renda fixa de liquidez imediata, remunerada pela variação do CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	2020	2019
Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda.	16.649.306	11.827.076
Outros	65.202	65.202
	16.714.508	11.892.278

Os saldos das contas a receber são decorrentes da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda.

Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda.

O saldo a receber refere-se a venda para a Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda. da participação societária da Biobrax Energias Renováveis Ltda. na Campo Largo Patrimonial Ltda.

6. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

▪ **EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS LIGADAS**

	ATIVO	
	2020	2019
Norwind Energias Renováveis Ltda.	7.675.753	10.733.557
Quifel Energy Brasil Gestão Empresarial Ltda.	3.562.515	3.216.716
D-3 Patrimonial Ltda.	23.273	23.273
	11.261.541	13.973.546
	PASSIVO	
	2020	2019
Biobrax Energias Renováveis Portugal Lda.	75.862.715	53.524.871
Quifel Natural Resources S.A.	3.844.488	2.730.988
	79.707.203	56.255.859

Os empréstimos foram obtidos e concedidos através de mútuos, sem cobrança de encargos financeiros.

Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda.

Refere-se, basicamente, à transferência de saldo através da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda. Os valores são decorrentes de operações de empréstimos em Euros no montante de € 11.855.059 em 31 de dezembro de 2020. (Em 31 de dezembro de 2019, € 11.785.059).

Quifel Natural Resources S.A.

Refere-se à transferência de saldo através da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda. Os valores são decorrentes de operações de empréstimos em Euros no montante de € 603.000 em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

7. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

	2020	2019
Fazenda Campo Largo	12.010.000	12.010.000
Fazenda Boa Sorte	2.680.560	2.680.560
Fazenda Várzea	1.800.000	1.800.000
Outros	63.489	63.489
	16.554.049	16.554.049

Fazenda Campo Largo, Fazenda Boa Sorte e Fazenda Várzea.

No exercício de 2016, a Companhia transferiu o saldo constante no grupo do imobilizado para o grupo de investimentos. As propriedades atendem aos requisitos necessários previstos no pronunciamento técnico CPC 28 – Propriedade para investimentos, tendo sido registradas pelo custo de aquisição.

8. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	2020	2019
Norwind Energias Renováveis Ltda	4.249.500	-
	4.249.500	-

No exercício de 2020, a Companhia efetuou a integralização de capital na respectiva empresa através da conversão de contrato de mútuo entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia participava em 84,99% no capital social da empresa Norwind Energias Renováveis Ltda.

9. FORNECEDORES

	2020	2019
Quifel Natural Resources S.A.	2.969.397	2.109.355
Outros	26.825	7.164
	2.996.222	2.116.519

Quifel Natural Resources S.A.

Saldo referente a prestação de serviços para Biobrax Energias Renováveis Ltda. transferido para a Campo Largo através do processo de incorporação. Os valores são decorrentes de transações em Euros no montante de € 465.744 em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

10. DEBÊNTURES A PAGAR

	2020	2019
Debêntures a pagar (1ª emissão)	13.646.043	13.787.231
Debêntures a pagar (2ª emissão)	4.647.586	4.482.630
(-) Custos na emissão de debêntures	(685.301)	(772.219)
	17.608.328	17.497.642
Passivo circulante	2.199.730	1.940.795
Passivo não circulante	15.408.598	15.556.847

Debêntures a pagar (1ª emissão)

Com base nas deliberações em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2018, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

O valor total de R\$ 14.000.000, na data da emissão, refere-se a 14.000 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000, remuneradas com taxa de 9,75% ao ano, acrescida da variação do IPCA/IBGE e prazo de vencimento de 120 meses a contar da data de emissão. As debêntures serão amortizadas mensalmente em 117 parcelas, a partir de janeiro de 2019.

Para a garantia da operação de emissão das debêntures, foi efetuada a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, dos direitos creditórios da Campo Largo, oriundos dos 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica.

Debêntures a pagar (2ª emissão)

Com base nas deliberações em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de julho de 2019, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

O valor total de R\$ 4.500.000, na data da emissão, refere-se a 4.500 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000, remuneradas com taxa de 9,00% ao ano, acrescida da variação do IPCA/IBGE e prazo de vencimento de 123 meses a contar da data de emissão. O valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 87 (oitenta e sete) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento em 21 de novembro de 2019 e o último em 21 de novembro de 2029.

Para a garantia da operação de emissão das debêntures, foi efetuada a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, dos direitos creditórios da Campo Largo, oriundos dos 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica.

11. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

	2020	2019
Parcelamento Lei nº 11.941/09	1.838.578	2.283.987
Outros	65.694	16.160
	1.904.272	2.300.147
Passivo circulante	487.390	485.477
Passivo não circulante	1.416.882	1.814.670

Parcelamento da Lei nº 11.941/2009

O saldo é referente ao parcelamento de débitos de ITR da Biobrax Agrícola Ltda. transferido para a Campo Largo, no exercício de 2014, através do processo de incorporação da Companhia.

No exercício de 2009, a Biobrax Agrícola Ltda., protocolou junto à Secretaria da Receita Federal, termo de opção pelo Parcelamento Especial – Refis IV, instituído pela Lei nº 11.941/09.

O Refis IV destina-se a promover a regularização de créditos com a União, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em razão de débitos vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive aqueles decorrentes de saldos remanescentes dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Parcelamento Especial – PAES, no Parcelamento Excepcional – PAEX, no parcelamento previsto no art. 38, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e no parcelamento previsto no art. 10, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, mesmo que tenham sido excluídos dos respectivos programas e parcelamentos, além da possibilidade de pagamento à vista dos débitos. Em 21 de novembro de 2009, os débitos foram consolidados e suas parcelas estão sendo pagas respeitando as datas de vencimento.

O saldo devedor em 31 de dezembro de 2020 e 2019 encontra-se composto da seguinte forma:

Quantidade de parcelas restantes:				
Total de parcelas consolidadas	2020	2019	2020	2019
160	46	58	1.838.578	2.283.987
Total			1.838.578	2.283.987

12. ACORDOS A PAGAR

	2020	2019
Acordos de desapropriação a pagar	338.000	1.277.200
	338.000	1.277.200
Passivo circulante	270.000	955.200
Passivo não circulante	68.000	322.000

Referem-se aos acordos a pagar em virtude das desapropriações dos terrenos destinados à construção dos parques eólicos CLWP I, CLWP 2 e CLWP 3 (Complexo CLWP).

13. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2020	2019
CLWP Eólica Parque I Ltda.	1.906.808	1.824.394
CLWP Eólica Parque II Ltda.	2.052.807	1.964.082
CLWP Eólica Parque III Ltda.	1.863.163	1.782.635
CLWP Eólica Parque IV Ltda.	1.863.163	1.782.635
CLWP Eólica Parque V Ltda.	1.863.163	1.782.635
CLWP Eólica Parque VI Ltda.	1.863.163	1.782.635
CLWP Eólica Parque VII Ltda.	1.863.163	1.782.635
CLWP Eólica Parque XV Ltda.	2.052.807	1.964.082
CLWP Eólica Parque XVI Ltda.	2.062.035	1.972.912
CLWP Eólica Parque XVIII Ltda.	2.062.342	1.973.206
CLWP Eólica Parque XXI Ltda.	1.863.161	1.782.635
	21.315.775	20.394.486

A Companhia recebeu adiantamentos dos arrendatários das áreas onde estão sendo construídos os parques eólicos. Esses adiantamentos são atualizados pela IPCA/IBGE e serão compensados pelo período de 13 anos, dos valores mensais futuros a serem faturados.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2020, os valores envolvidos de acordo com processos, cuja probabilidade de perda é provável, baseada nas expectativas dos assessores jurídicos, podem ser demonstrados abaixo:

	2020	2019
Provisão para contingências tributárias	356.117	741.985
Provisão para contingências cíveis	680.000	-
	1.036.117	741.985

Os valores estimados dos processos contidos nas informações da assessoria jurídica, cujo risco foi avaliado como provável, podem ser assim demonstrados:

Processo	Valor estimado – R\$
Cíveis	
000087-50.2017.8.05.0245	400.000
800041-90.2019.8.05.0245	100.000
8000567-91.2018.8.05.0245	60.000
8000566-09.2018.8.05.0245	60.000
8000066-06.2019.8.05.0245	60.000
Tributário	
10530.724.011/2014-58	153.739
10530.724.012/2014-01	144.080
10530.724.360/2014-70	58.298
Total	1.036.117

Os processos tributários referem-se a autos de infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal de Feira de Santana para a cobrança de ITR correspondentes aos exercícios de 2009 a 2011.

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes.

15. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está representado por 12.020.001 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

16. RECEITAS DE ARRENDAMENTOS

	2020	2019
Arrendamentos de terrenos	7.809.133	7.500.845
	7.809.133	7.500.845

As receitas são decorrentes de 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica na Fazenda Campo Largo. Os contratos possuem vencimento em 2063.

17. SERVIÇOS PRESTADOS

	2020	2019
Serviços de intermediação na desapropriação de terrenos	-	1.800.000
(-) Custo com os acordos de desapropriação	-	(1.853.000)
	-	(53.000)

No exercício de 2019, a Companhia foi contratada pela ENGIE Brasil Energia S.A para intermediar a desapropriação dos terrenos das áreas destinadas à construção dos parques eólicos CLWP I, CLWP 2 e CLWP 3 (Complexo CLWP).

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2020	2019
Assessoria jurídica	1.141.868	795.704
Consultoria técnica	223.457	217.372
Serviços contratados	234.651	240.073
Provisão para contingências	294.132	159.459
Outros	83.765	89.979
	1.977.873	1.502.587

19. RECEITAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Variação cambial ativa	4.822.230	238.944
Outros	2.058	41.670
	4.824.288	280.614

20. DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Variação cambial passiva	23.878.687	1.483.236
Atualizações monetárias	3.516.448	2.957.378
Outros	45.186	93.813
	27.440.321	4.534.427

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Exercício de 2020 – Lucro presumido (Regime de caixa)

	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Receitas de arrendamentos	1.901.241	1.937.544	1.978.105	1.992.244	7.809.133
<i>Percentual de presunção</i>	32%	32%	32%	32%	
Base de cálculo presumida	608.397	620.014	632.994	637.518	2.498.923
Outras receitas	430	713	252	606	2.001
Base de cálculo total	608.827	620.727	633.246	638.124	2.500.924
Alíquota oficial do tributo – IRPJ	15%	15%	15%	15%	
Adicional – IRPJ	10%	10%	10%	10%	
Alíquota oficial do tributo – CSLL	9%	9%	9%	9%	
Contribuição social corrente	54.794	55.865	56.992	57.431	225.083
Imposto de renda corrente	146.207	149.182	152.311	153.531	601.231

Exercício de 2019 – Lucro presumido (Regime de caixa)

	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Receitas dos serviços prestados	-	-	1.800.000	-	1.800.000
Receitas de arrendamentos	2.088.261	1.812.956	1.779.929	1.819.698	7.500.844
<i>Percentual de presunção</i>	32%	32%	32%	32%	
Base de cálculo presumida	668.244	580.146	1.145.577	582.304	2.976.271
Outras receitas	10.798	13.572	2.589	2.439	29.398
Base de cálculo total	679.042	593.718	1.148.166	584.743	3.005.669
Alíquota oficial do tributo – IRPJ	15%	15%	15%	15%	
Adicional – IRPJ	10%	10%	10%	10%	
Alíquota oficial do tributo – CSLL	9%	9%	9%	9%	
Contribuição social corrente	61.113	53.435	103.335	52.627	270.510
Imposto de renda corrente	163.760	142.430	281.042	140.185	727.417

22. OUTROS ASSUNTOS

Efeito do coronavírus nas demonstrações financeiras

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta sobre uma nova doença na cidade chinesa de Wuhan. Em janeiro de 2020 foi anunciado que esta doença é denominada Coronavírus (COVID19), sendo comprovada a transmissão entre pessoas fora da China, atingido diversos países como EUA, Itália, Coreia do Sul, Irã, Turquia, Rússia e Austrália. Em fevereiro de 2020 foram confirmados casos no Brasil.

A Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, regulamentada pela Portaria MS nº 356, de 11 de março de 2020, dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, dentre elas o isolamento e a quarentena.

Em consonância com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020 e orientações do CFC, emitidos em 09 e 10 de março de 2020 pela CVM e CFC, respectivamente, na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Entidade não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

As medidas adotadas para o enfrentamento do coronavírus impactaram significativamente a economia mundial. O mercado de capitais brasileiro teve forte queda e a moeda brasileira sofreu grande desvalorização perante o dólar e euro. As operações com câmbio existentes na Companhia, impactaram o resultado do exercício gerando um prejuízo elevado.

Cabe ressaltar, que na operação da Companhia, os impactos da pandemia fizeram-se sentir unicamente nos trabalhos em curso para implantação de novos parques eólicos.

Os parques já instalados apresentaram uma produção regular, em linha com os anos anteriores, recordando que a Fazenda Campo Largo apresenta um dos melhores indicadores de carga para produção eólica a nível nacional e internacional. Cabe destacar também que a tarifa de produção já tinha sido negociada em anos anteriores, não ocorrendo impacto a neste nível.

Já os novos parques que se encontravam em instalação sofreram uma interrupção, dada a impossibilidade de avanço nas obras. Se antes dessa interrupção, se poderia esperar que os novos parques estivessem em produção no início de 2021, a estimativa corrigida aponta agora para o segundo semestre de 2021, ainda assim, dentro dos prazos máximos definidos nos contratos de cessão de uso. A Administração, no entanto, não dispõe de informação para eventuais impactos nas tarifas que a pandemia possa vir a provocar para os novos parques eólicos.

Para além destes novos parques eólicos, a ENGIE Brasil Energia S.A tem contratualizada a instalação de uma terceira fase de parques eólicos, bem como de parques solares. A expectativa que o início da instalação desses novos parques possa sofrer atrasos, em virtude do impacto da pandemia na economia do Brasil e nas necessidades de produção energética para o médio-longo prazo.
